



Deputados aprovam a CPI mas se deparam com um impasse: muitos estão impedidos de participar da comissão, outros não se interessam

Câmara escolhe integrantes da CPI da Espionagem até sexta

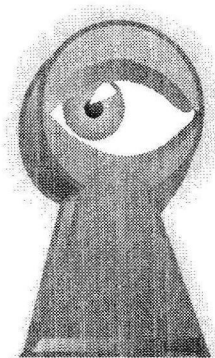
Mas enfrenta um problema: muitos distritais hesitam em compor Comissão

LAYRCE DE LIMA

A Câmara Legislativa instala até segunda-feira a CPI que vai investigar os trabalhos de espionagem do serviço secreto da Polícia Militar, a P2. Proposta com 24 assinaturas de apoio e aprovada por 23 votos e uma abstenção (do deputado José Edmar), a CPI estaria pronta para para decolar, não fosse a dificuldade em definir seus integrantes.

No início da noite de ontem, logo após a aprovação do requerimento de instalação, o presidente da Câmara, deputado Geraldo Magela, definiu o número de vagas disponíveis para cada partido. Serão três integrantes para o PMDB, dois para o PT, dois escolhidos entre PSDB e Adão Xavier (sem-partido), um do PDT e um representante dos pequenos partidos.

Impedimentos - A lista de nomes de cada partido, entretanto, ainda não está definida. O PSDB se reúne hoje pela manhã com o deputado Adão Xavier. A escolha dessa reunião deve recair sobre os nomes dos deputados



Peniel Pacheco e o próprio Adão Xavier. Isto porque o deputado José Edmar está impedido de participar de CPI por ser vice-presidente da Casa e o deputado Marcos Arruda acaba de sair da presidência da CPI da Prostituição Infantil. O outro integrante do PMDB, Marco Lima, afirmou ontem que não tem interesse em participar da investigação.

No PT a decisão se torna ainda mais difícil. Como presidente da Casa, Geraldo Magela não pode participar dos trabalhos de investigação, o deputado Wasny de Roure já é integrante de outra CPI e o deputado Cafú também acaba de deixar um cargo importante, o de relator, da CPI da Prostituição Infantil. A escolha deve recair sobre o recém-empossado deputado Eurípedes Camargo e a própria líder do Governo, Lúcia Carvalho.

Dedicação - O principal argumento apresentado pelos deputados para se esquivar da participação da CPI é a dedicação. Eles argumentam que investigações requerem muito "tempo" do deputado envolvido. Animados

mesmo, somente os deputados do PMDB, que decidirão os nomes de seus três integrantes efetivos em reunião de bancada, no início da tarde de hoje.

Com liberdade para escolher três integrantes, o deputado Luiz Estevão não admite, mas deve reivindicar uma vaga, como proponente da CPI. Tadeu Filippelli e Manoel de Andrade são outros dois nomes fortes. A última vaga de integrante efetivo disponível será negociada entre Renato Rainha (PL), Cláudio Monteiro (PPS), César Lacerda (PTB) e Miquelias Paz (PC do B). Destes, apenas Monteiro já declarou que não se interessa.

Depois de vencido o drama da escolha dos efetivos, os distritais ainda vão queimar estratégias na escolha dos suplentes para a CPI. Com nove efetivos e nove suplentes, a CPI deve envolver o trabalho de quase toda a Câmara legislativa. Embora não demonstrem interesse, os deputados não poderão fugir à responsabilidade política de realizá-la. Além do presidente Magela e do vice José Edmar, só mais dois parlamentares conseguirão se manter absolutamente de fora.

Presidente deve ser nome de consenso

A dificuldade para encontrar voluntários para integrar efetivamente a CPI da Espionagem cria um obstáculo ainda maior para a escolha de presidente e relator. É consenso entre os deputados que o nome deve ser de um deputado isento, ou seja, que não participe do PMDB, autor das denúncias, nem do PT, partido do governo. Esta opinião reduz de 24 para 11 o número de deputados disponíveis para a escolha.

Também já é forte a corrente de deputados que se opõem à escolha de um presidente que tenha participado da corporação da PM. Isso elimina o nome dos deputados João de Deus (PDT) e Marco Lima (PSDB), que já declararam nem desejar participar das investigações.

As dúvidas dos parlamentares permanecem até o início da noite de ontem. Os nomes especulados para ocupar a presidência foram os dos deputados Peniel Pacheco (PSDB), Renato Rainha (PL) - que é ex-policial civil e do deputado José Ramalho (PDT). A definição entre um desses nomes, entretanto, só deve sair hoje, depois de ultrapassado o entrave da busca de voluntários. (LL)

Distritais apóiam demissão de Túlio

Foi unânime ontem, na Câmara Legislativa, o apoio dos parlamentares à exoneração do Comandante da PM, coronel Túlio Cabral. Comemorada pela oposição e recebida com alívio pelos deputados governistas, a queda de Túlio Cabral foi entendida como um sinal verde para a continuidade das investigações.

Antes mesmo de saber da demissão, o deputado Tadeu Filippelli (PMDB) já havia apresentado uma denúncia contra o coronel, acusando-o de crime de responsabilidade. Ele solicitou uma investigação da Casa exclusivamente sobre sua atuação em relação ao comando da P2. De acordo com Filippelli, o coronel "prestou informações falsas ao afirmar que a P2 não fazia investigação política", na audiência pública realizada no último dia 19, na Câmara Legislativa.

STM - Mais preocupado com o Inquérito Policial Militar que vai investigar as relações do Comando da PM com a P2, o deputado Luiz Estevão (PMDB) recorreu ontem ao Superior Tribunal Militar (STM). Estevão pretendia que Túlio ficasse afastado do comando da Polícia Militar pelo menos no período em que durasse o IPM. "Do contrário, como poderíamos garantir a transparência da investigação?"

Para a líder do governo na Câmara, Lúcia Carvalho (PT), a saída de Túlio foi um "gesto de grandeza,



Para Lúcia Carvalho, demissão dará transparência às investigações

importante para dar absoluta transparência às investigações". Marco Lima (PSDB), vai mais longe, e aponta a exoneração como a única saída possível. "Dizer que não reconhece o traba-

lho que estava sendo produzido é mentira porque ele nomeou todos os comandantes de unidades, que nomearam os subcomandantes responsáveis pela espionagem", acusou.

Cláudio Monteiro pede indenização

Indignado por ter sua privacidade invadida, o deputado distrital Cláudio Monteiro (PPS) vai entrar com ação indenizatória contra o Estado. Tudo porque os relatórios da polícia secreta do DF dão conta que o deputado teria uma amante no Guará, seu reduto eleitoral. Monteiro acha que alguém precisa ser responsabilizado pelos danos políticos e morais que sofreu com a divulgação do conteúdo dos relatórios.

"É um direito constitucional que eu tenho. Ninguém pode invadir minha privacidade e sair falando da minha vida assim", justificou o deputado. Cláudio Monteiro deve entrar com pedido de reparação de danos no Tribunal de Justiça do DF (TJDF) no final desta semana. A ação se baseia no artigo quinto da Constituição, que assegura a inviolabilidade da vida privada, imagem e intimidade das pessoas.

Segundo um dos assessores de Cláudio Monteiro, a notícia publicada na imprensa no fim de semana, causou um embaraço familiar, com sua mulher e filhos. "Além disso, politicamente a imagem dele foi afetada", completou o assessor ao lembrar que o Guará foi a cidade onde o deputado teve mais votos.